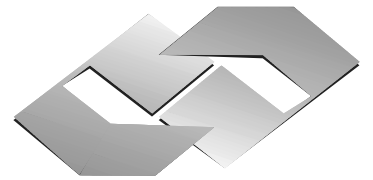




CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2007
CEPISA
(COMPANHIA ENERGÉTICA
DO PIAUI)



CONSULPLAN CONSULTORIA Ltda.
www.consulplan.net
atendimento@consulplan.com

SEMPRE EM ORDEM

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado, devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Bips e telefones celulares, devem ser mantidos **desligados**, ou qualquer outro material. É expressamente proibido ao candidato entrar ou permanecer com armas no local de realização das provas. Caso o candidato detenha o porte legal de arma e esteja de posse da mesma; deverá entregá-la na Coordenação, buscando-a ao término das provas.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 03 (TRÊS) horas, já incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO).
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, **podendo** antes e depois da entrada no sanitário sofrer revista através de detector de metais. Ao término da prova ao sair da sala, não poderá utilizar os sanitários. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O caderno de provas consta de 40 (QUARENTA) questões objetivas de múltipla escolha. Leia atentamente e marque apenas uma alternativa.
- 07 - As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta.
- 08 - Deve-se marcar na FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) apenas uma opção em cada questão, com caneta azul ou preta, SEM RASURAS, SEM AMASSÁ-LA, SEM PERFURÁ-LA. Caso contrário, a questão será anulada.
- 09 - Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. Inclusive devendo o candidato verificar se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas na parte superior esquerda da folha nº 02.
- 10 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir.
- 11 - O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas **após 90 (noventa) minutos** de seu início e só poderá levar o Caderno de Provas no decurso da **última hora** anterior ao horário previsto para seu término.
- 12 - É proibida a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa da **Consulplan Consultoria**. Em nenhuma hipótese a **Consulplan Consultoria** informará o resultado por telefone.
- 13 - A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar na anulação da prova do candidato.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais **preliminares** das provas objetivas serão divulgados na Internet, no site www.consulplan.net às 14h00min do dia subsequente ao da realização da prova escrita.
- Os recursos deverão ser apresentados conforme determinado no **item 09** do Edital 001/2007, não esquecendo, principalmente dos seguintes aspectos:
 - a) Caberá recurso contra questões das provas e contra erros ou omissões no gabarito, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas ininterruptas**, iniciando-se às **14:00 horas do dia 30 de Julho de 2007, encerrando-se às 14:00 horas do dia 01 de Agosto de 2007**.
 - c) A interposição de recursos **somente** poderá ser feita **via internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato com o fornecimento de seu CPF, apenas no prazo recursal, à **Consulplan Consultoria**, conforme disposições contidas no site www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.
 - b) A decisão proferida pela Banca Examinadora tem caráter irrecorrível na esfera administrativa, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
 - d) Serão rejeitados os recursos não fundamentados, enviados via postal, via fac-símile (fax) e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

CARGO

O: ADVOGADO

TEXTO:

Chuchu

Joanita, em sua última carta escrita de Haia: “Mas que saudades de chuchu com molho branco”.

[...]

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

Eu sei que toda gente despreza o chuchu, a coisa mais bestinha que Deus pôs no mundo, cucurbitácea reles que medra em qualquer beirada de quintal. Não tenho também nenhuma ternura especial pelo chuchu, mas já reparei que há uma certa injustiça em considerar insípido um prato que é insípido só porque raras são as cozinheiras que sabem prepará-lo.

Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas, dizem que o chuchu não vale nada, é uma mistura de água e celulose, desprovida de qualquer vitamina ou sal. O chuchu é meu eterno pomo da discórdia com meu querido amigo Dr. Rui Coutinho. Quando ele desfaz do chuchu em minha presença, salto logo em defesa do humilde caxixe. Argumento assim: “Antigamente, antes da descoberta das vitaminas, se dizia o mesmo da alface, mas o sabor da planta, a boniteza de sua folha verdinha, ou talvez o instinto secreto da espécie sempre levaram o homem a comer a aristocrática *Lactuca sativa*. Um dia se descobriu que a alface é rica em vitamina A, cálcio e ferro. Então a alface deixou de ser água e celulose, e entrou nos *menus* autorizados e recomendados pelos nutricionistas.

Quem me dirá que um dia, próximo ou distante, não se descobrirá no chuchu um elemento novo, indispensável à economia orgânica? O que me parece inexplicável é que os brasileiros persistamos em comer sem quase nenhum deleite essa coisinha verde e mole que se derrete na boca sem deixar vontade de repetir a dose.”

Rui Coutinho sorri cético.

Enquanto isso, na Holanda, Joanita, podendo comer os pratos mais saborosos do mundo, tem saudade é de chuchu com molho branco. Que desforra para o chuchu!

(BANDEIRA, Manuel. IN: *Quadrante*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Do Autor, 1963.p. 165-7)

01) O uso, pelo autor, da expressão “pomo da discórdia”, tem ligação com:

- A) Pomo-de-Adão, que se refere a uma parte da garganta.
- B) Pomo, que se refere a “*citrus adan*”, planta da família das rutáceas.
- C) Uma passagem da mitologia grega.
- D) Ponto final de um desacordo.
- E) Diálogo amistoso.

02) “Cucurbitácea reles” é citado pelo autor no texto. Assinale a opção correta correspondente ao sublinhado no enunciado:

- A) É uma referência ao fato do chuchu ser muito comum.
- B) O sublinhado é o nome científico do chuchu.
- C) É a maneira do autor menosprezar o legume.
- D) Refere-se ao fato do chuchu não possuir vitamina A e nem cálcio.
- E) Refere-se ao fato do chuchu ser insípido.

03) “Rui Coutinho sorri cético”. A palavra *cético* significa:

- A) Ímpio.
- B) Ateu.
- C) Descrente.
- D) Extraordinário.
- E) Singular.

04) “... indispensável à economia orgânica”. É correto afirmar que o sinal gráfico empregado na palavra destacada nesta frase é denominado:

- A) Acento agudo.
- B) Acento grave.
- C) Crase.
- D) Acento circunflexo.
- E) Trema.

05) Silepse é uma concordância anormal feita com a idéia que se faz do termo e não com o próprio termo. Há um exemplo de silepse em:

- A) “Eu sei que toda gente despreza o chuchu...”
- B) “... cucurbitácea reles que medra em qualquer beirada de quintal”.
- C) “... os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas...”
- D) “O que me parece inexplicável é que os brasileiros persistamos em comer sem quase...”
- E) “Então a alface deixou de ser água e celulose...”

06) “Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas, dizem que o chuchu não vale nada...” Considerando-se as formas verbais presentes neste período, é correto afirmar que:

- A) Uma delas pertence a verbo da terceira conjugação.
- B) Duas delas pertencem a verbos da primeira conjugação.
- C) Duas delas estão empregadas em tempo pretérito.
- D) Todas elas estão empregadas em forma plural.
- E) Uma delas está empregada em tempo futuro.

07) “Quando ele desfaz do chuchu em minha presença, salto logo em defesa do humilde caxixe”. A palavra sublinhada na frase anterior, estabelece entre as orações uma relação de:

- A) Causa.
- B) Conclusão.
- C) Conseqüência.
- D) Tempo.
- E) Oposição.

08) Apenas uma das frases abaixo, está totalmente correta quanto à ortografia. Assinale-a:

- A) A vagem é mais insípida que o chuchu.
- B) O eminente Dr. Rui Coutinho não acreditava nas propriedades vitamínicas do chuchu.
- C) A jaboticaba e o abiu são frutas tropicais.
- D) Meus amigos fizeram uma viagem à Europa.
- E) É longo o trageito e pequeno o tempo para percorrê-lo.

09) Em todas as frases abaixo, as conjunções que iniciam as orações destacadas têm o mesmo valor semântico, EXCETO:

- A) “Eu sei que toda a gente despreza o chuchu...”
- B) “... mas já reparei que há uma certa injustiça...”
- C) “... dizem que o chuchu não vale nada...”
- D) “... são raras as cozinheiras que sabem prepará-lo”.
- E) “Um dia se descobriu que a alface é rica de vitamina A, cálcio e ferro”.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

10) Assinale a alternativa que é frase, mas NÃO é oração:

- A) “Mas que saudades do chuchu com molho branco”.
- B) “Não tenho também nenhuma ternura especial pelo chuchu...”
- C) “Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas...”
- D) “Antigamente, antes da descoberta das vitaminas, se dizia o mesmo da alface, mas o sabor da planta...”
- E) “Quem me dirá que um dia, próximo ou distante, não se descobrirá no chuchu um elemento novo, indispensável à economia orgânica?”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) A República, Federação, Presidencialismo e Democracia são, respectivamente:

- A) Forma de Governo, Forma de Estado, Sistema de Governo, Regime de Governo.
- B) Forma de Estado, Sistema de Governo, Regime de Governo, Forma de Governo.
- C) Sistema de Governo, Regime de Governo, Forma de Estado, Forma de Governo.
- D) Forma de Governo, Forma de Estado, Regime de Governo, Sistema de Governo.
- E) Sistema de Governo, Forma de Estado, Sistema de Estado, Regime de Governo.

12) O Poder Constituinte Derivado, segundo a Constituição Federal:

- A) Tem limitações apenas materiais, relativas as chamadas cláusulas pétreas, e é exercido pelo Congresso Nacional.
- B) Tem limitações materiais e circunstanciais, não podendo ser exercido na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- C) É exercido pelo Congresso Nacional, devendo as emendas constitucionais ser ratificadas pelos Estados-membros da Federação, antes de sua vigência.
- D) É autônomo, ilimitado, incondicionado e essencialmente soberano.
- E) Quando exercido pelos Estados-membros, para elaboração de emendas constitucionais estaduais, está condicionado à aprovação do Congresso Nacional, sendo, por esta razão, chamado decorrente.

13) São atributos do poder de polícia:

- A) Discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade.
- B) Presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade.
- C) Procedimento formal, publicidade e probidade administrativa.
- D) Legalidade objetiva, oficialidade e informalismo.
- E) Presunção de legitimidade, vinculação e coercibilidade.

14) A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que:

- A) Depende de prévia licitação, em qualquer caso.
- B) Pode dispensar a licitação, nos casos previstos em lei.
- C) Não exige a licitação, nos casos previstos em lei.
- D) Prescinde de licitação em qualquer caso.
- E) Inexige processo licitatório, independentemente de lei disciplinadora.

15) Sobre a usucapião é correto afirmar, EXCETO:

- A) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- B) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possuir como sua por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- C) Aquele que possuir como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- D) Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.
- E) O possuidor não pode, para o fim de contar o tempo exigido para aquisição da propriedade imóvel através da usucapião, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores.

16) Com relação ao instituto da servidão, analise as assertivas abaixo:

- I. A servidão pode ser removida de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente.
- II. As servidões prediais são indivisíveis, e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente, salvo se, por natureza, ou destino, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro.
- III. Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.
- IV. A servidão se extingue pelo não uso durante cinco anos contínuos.

Marque a alternativa correspondente:

- A) Somente uma assertiva está incorreta.
- B) Somente duas assertivas estão incorretas.
- C) Somente três assertivas estão incorretas.
- D) Todas as assertivas estão incorretas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

- 17) De acordo com a Lei nº 8078/90 (que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências), assinale a alternativa INCORRETA:
- A) Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
 - B) A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.
 - C) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
 - D) Nos contratos de adesão não se admite cláusula resolutória.
 - E) As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- 18) O título de crédito em que o credor é nomeado, mas com possibilidade de efetuar-se sua transferência mediante mera oposição de assinatura no seu verso, é designado:
- A) Título nominativo.
 - B) Debênture.
 - C) Título ao portador.
 - D) Título que se dirige a credor anônimo.
 - E) Título à ordem.
- 19) Sobre o recurso de agravo é correto afirmar, EXCETO:
- A) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de dez dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
 - B) O agravo retido independe de preparo.
 - C) Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
 - D) Interposto o agravo, e ouvido o agravado no prazo de quinze dias, o juiz poderá reformar sua decisão.
 - E) Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo tribunal.
- 20) Em conformidade com o que preceitua o CPC sobre o instituto da reconvenção, assinale a alternativa correta:
- A) O réu poderá reconvir ao autor no mesmo processo, somente quando a reconvenção for conexa com a ação principal.
 - B) Poderá o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
 - C) Oferecida a reconvenção, o autor reconvinando será intimado, na pessoa do seu procurador, para contestá-la no prazo de 10 (dez) dias.
 - D) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.
 - E) Não serão julgadas na mesma sentença a ação e a reconvenção.
- 21) Assinale a alternativa que se apresenta INCORRETA:
- A) A Lei nº 7.783/1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, veda a prática do “lock-out”, que é a paralisação das atividades por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados.
 - B) Aos créditos resultantes das relações de trabalho é reservado o direito de ação com prazo prescricional de cinco anos para trabalhadores urbanos e também os rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - C) A categoria dos trabalhadores domésticos são assegurados todos os direitos previstos no artigo 7º da Constituição da República de 1988.
 - D) Sobre as modalidades de negociação coletiva previstas na CLT, não é possível estipular Convenção Coletiva de Trabalho e o Acordo Coletivo do Trabalho com duração superior a dois anos.
 - E) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, entre outras hipóteses constitucionais, as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho.
- 22) A configuração de uma relação jurídica qualificada como empregatícia requer, necessariamente, a existência dos seguintes requisitos, em conformidade com o Decreto-lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), à EXCEÇÃO de:
- A) Subordinação jurídica.
 - B) Onerosidade.
 - C) Pessoalidade na prestação de serviços.
 - D) Exclusividade.
 - E) Prestação de serviços de natureza não eventual.
- 23) De acordo com a Constituição Federal de 1988:
- A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, admitida a licença e o controle prévio da publicação por motivo de segurança nacional ou para proteção da moral e dos bons costumes.
 - B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão independentemente de qualquer qualificação profissional.
 - C) É livre a manifestação do pensamento sem nenhuma restrição.
 - D) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
 - E) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- 24) O controle de constitucionalidade:
- A) Não é tarefa exclusiva do Poder Judiciário, no Brasil.
 - B) Pode ser concentrado ou difuso, no Brasil.
 - C) Pode ser preventivo ou repressivo, no Brasil.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

- D) Na modalidade difusa, quando assim admitido pelo ordenamento jurídico de um país, significa a possibilidade de que qualquer juiz, em qualquer grau de jurisdição, reconheça a inconstitucionalidade de uma norma jurídica necessária à solução de um conflito e, em conseqüência, deixe de aplicá-la ao caso concreto.
- E) Exercido, no Brasil, pelo STF, produz sempre efeito *erga omnes*, inclusive contra aqueles, portanto, que não foram parte do processo gerador de inconstitucionalidade.
- 25) O procedimento para desapropriação por necessidade pública ou interesse social é estabelecido:**
- A) Por convenção das partes. D) Pelo Poder Judiciário.
B) Por conveniência da administração. E) Pelo Poder Executivo.
C) Pela lei.
- 26) Sobre a disciplina das ações trabalhistas, no Processo do Trabalho:**
- A) Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho sempre serão sujeitos à conciliação, sendo obrigação legal a proposta de conciliação pelo Juíz do Trabalho em dois momentos: na abertura da audiência e após as razões finais das partes.
B) A execução será promovida apenas a pedido das partes, sendo vedado ao Juíz do Trabalho ou ao Tribunal promovê-la “ex officio”.
C) O procedimento sumaríssimo é reservado para as ações que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data de ajuizamento da reclamação, aplicando-se tal rito inclusive quanto à Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
D) Para a aplicação subsidiária do diploma processual civil, exige-se a observância, simultânea, de omissão da CLT e posterioridade do direito processual comum.
E) Cabe recurso de apelação no prazo de quinze dias das decisões definitivas prolatadas pelo Juíz do Trabalho.
- 27) A Constituição da República de 1988 garante um mínimo de direitos aos trabalhadores, com previsão no Capítulo II, “Dos Direitos Sociais”, artigo 7º. NÃO faz parte deste rol enumerativo:**
- A) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
B) Proteção em face da automação, na forma da lei.
C) Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS).
D) Gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
E) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- 28) No que concerne ao IPTU, a isenção tributária será concedida através da seguinte espécie normativa:**
- A) Emenda constitucional. D) Decreto.
B) Medida provisória. E) Decreto legislativo.
C) Lei específica.
- 29) São elementos do crime culposo, EXCETO:**
- A) Conduta. D) Imprevisibilidade.
B) Resultado. E) Inobservância a um dever objetivo de cuidado.
C) Tipicidade.
- 30) O Servidor Público que solicitar, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumí-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceitar promessa de tal vantagem, pratica o crime de:**
- A) Prevaricação. B) Concussão. C) Corrupção passiva. D) Peculato. E) Excesso de exação.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

- 31) No Microsoft Excel 2003, a função “Média” retorna a:**
- A) Média aritmética dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
B) Média aritmética dos argumentos que podem ser somente números.
C) Média geométrica dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
D) Média ponderada dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
E) Média geométrica dos argumentos que podem ser somente números.
- 32) No Microsoft Word 2003, junto à barra de rolagem horizontal (no canto inferior esquerdo da tela) são exibidos normalmente alguns ícones que possibilitam que o texto seja apresentado de formas ou modos diferentes. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um modo correto:**
- A) Modo Normal. D) Modo de layout do texto.
B) Modo de exibição de layout da Web. E) Modo de estrutura de tópicos.
C) Modo de layout de impressão.
- 33) A WWW (World Wide Web) ou simplesmente, Web é:**
- A) A parte *multimídia* da Internet. D) O mesmo que Extranet.
B) O mesmo que Internet. E) O mesmo que URL (Uniform Resource Locator).
C) O mesmo que Intranet.
- 34) No Microsoft Windows XP e no Microsoft Windows 2000 para descobrir se alguém criou um arquivo no seu micro, por exemplo, basta pesquisar em:**
- A) “Ferramentas administrativas”, na entrada “Visualizar eventos” e seguir demais procedimentos pertinentes.
B) Somente no Microsoft Windows XP isto é possível desde que se siga os procedimentos descritos na alternativa A.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

- C) Somente no Microsoft Windows 2000 é possível, desde que se siga procedimentos descritos na alternativa A.
- D) Em ambas versões do Microsoft Windows (XP e 2000) isto será possível, através da utilização de um programa/utilitário específico que pode ser obtido gratuitamente na Internet.
- E) Apenas no Microsoft Windows XP isto é possível, sendo através de programas/utilitários específicos que consigam ler o log do sistema.
- 35) Os programas de e-mail verificam periodicamente se existem novas mensagens em sua caixa postal. O período de verificação normalmente é de 30 minutos. No Outlook Express, se quisermos modificar este número, é necessário acionar:
- A) No Outlook Express não é possível modificar este número.
- B) No Outlook Express somente é possível modificar este número através de um utilitário que está disponível gratuitamente na Internet denominado SOS-Outlook.
- C) Isto só será possível no programa de e-mail denominado Eudora.
- D) Formatar/ Opções/ Geral e digitar novo valor no item Verificar se há novas mensagens a cada “X” minuto(s).
- E) Ferramentas/ Opções/ Geral e digitar novo valor no item Verificar se há novas mensagens a cada “X” minuto(s).

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

* Considere os itens das questões a seguir e assinale a alternativa correta, para cada questão, considerando o seguinte enunciado:

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(s):

- A) I B) I e II C) I e III D) II e III E) I, II e III

36) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 2º da Lei 9.427/96 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
- II. Segundo o Art. 7º da Lei 9.427/96 a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo no prazo máximo de noventa dias após a nomeação do Diretor-Geral, devendo uma cópia do instrumento ser encaminhada para registro no Tribunal de Contas da União, onde servirá de peça de referência em auditoria operacional.
- III. Segundo o Art. 9º da Lei 9.427/96 o ex-dirigente da ANEEL continuará vinculado à autarquia nos vinte e quatro meses seguintes ao exercício do cargo, durante os quais estará impedido de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas sob sua regulamentação ou fiscalização, inclusive controladas, coligadas ou subsidiárias.

37) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 32º da Lei 8.987/95 o poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Parágrafo único: A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- II. Segundo o Art. 33º da Lei 8.987/95 declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa. § 1º: Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização. § 2º: O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
- III. Segundo o Art. 34º da Lei 8.987/95 cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

38) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 2º da Resolução 456 da ANEEL para os fins e efeitos desta Resolução são adotadas certas definições mais usuais, entre elas podemos citar: Grupo "A" – grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV ou ainda, atendidas em tensão inferior a 2,3 kV a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo nos termos definidos no art. 82º, caracterizado pela estruturação tarifária binômica e subdividido nos seguintes subgrupos: a) Subgrupo A1 – tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV; b) Subgrupo A2 – tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV; c) Subgrupo A3 – tensão de fornecimento de 69 kV; d) Subgrupo A3a – tensão de fornecimento de 30 kV a 44 kV; e) Subgrupo A4 – tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV; f) Subgrupo AS – tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo em caráter opcional.
- II. Valor mínimo faturável é o valor referente ao custo de disponibilidade do sistema elétrico, aplicável ao faturamento de unidades consumidoras do Grupo "A", de acordo com os limites fixados por tipo de ligação.
- III. Tarifa binômica é o conjunto de tarifas de fornecimento constituído por preços aplicáveis ao consumo de energia elétrica ativa e à demanda faturável.

39) Resposta: ()

- I.** Segundo o Art. 6º da Resolução 456 da ANEEL competirá à concessionária estabelecer e informar ao interessado a tensão de fornecimento para a unidade consumidora, com observância dos seguintes limites: I – tensão secundária de distribuição: quando a carga instalada na unidade consumidora for igual ou inferior a 75 kW; II – tensão primária de distribuição inferior a 69 kV: quando a carga instalada na unidade consumidora for superior a 75 kW e a demanda contratada ou estimada pelo interessado, para o fornecimento, for igual ou inferior a 2.500 kW; e III – tensão primária de distribuição igual ou superior a 69 kV: quando a demanda contratada ou estimada pelo interessado para o fornecimento for superior a 2.500 kW.
- II.** Segundo o Art. 40º da Resolução 456 da ANEEL, a concessionária efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente trinta dias, observados o mínimo de vinte e sete e o máximo de trinta e três dias, de acordo com o calendário respectivo. § 1º: O faturamento inicial deverá corresponder a um período não inferior a quinze nem superior a quarenta e sete dias. § 2º: Havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de, no mínimo, quinze e no máximo, quarenta e sete dias devendo a modificação ser comunicada aos consumidores, por escrito, com antecedência mínima de um ciclo completo de faturamento. § 3º: No caso de pedido de desligamento, mediante acordo entre as partes, o consumo e/ou a demanda final poderão ser estimados com base na média dos três últimos faturamentos, no mínimo e proporcionalmente ao número de dias decorridos entre as datas de leitura e do pedido ressalvado o disposto no art. 48º.
- III.** Segundo o Art. 57º da Resolução 456 da ANEEL, em caso de retirada do medidor, por período de até trinta dias para fins de aferição ou por motivo de deficiência atribuível à concessionária, o faturamento relativo a esse período será efetuado com base na média aritmética dos três últimos faturamentos. § 1º: Nos casos em que a unidade consumidora permanecer por mais de trinta dias sem o equipamento de medição, por qualquer motivo de responsabilidade exclusiva da concessionária, o faturamento deverá ser efetuado com base nos respectivos valores mínimos faturáveis fixados no art. 48º ou no valor da demanda contratada. § 2º: Não será aplicada a cobrança de consumo de energia elétrica e demanda de potências reativas excedentes nos faturamentos efetuados de acordo com o previsto no parágrafo anterior. § 3º: Tratando-se de unidade consumidora rural, sazonal ou localizada em área de veraneio ou turismo, a concessionária deverá efetuar o faturamento determinando os consumos de energia elétrica e as demandas de potência, se houver, com base em período anterior de características equivalentes.

40) Resposta: ()

- I.** Segundo o Art. 25º da Lei 8.987/95 incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua esta responsabilidade.
- II.** Segundo o Art. 27º da Lei 8.987/95 é admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, salvo se expressamente desautorizada pelo poder concedente.
- III.** Segundo o Art. 26º da Lei 8.987/95 a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não implicará a caducidade da concessão.